



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

Moção nº /2016

Por uma VALORSUL pública, único garante dos interesses das populações

A VALORSUL representa dentro do Grupo EGF um terço do volume de negócios e dos resultados líquidos e, apesar de cobrar uma taxa de tratamento de apenas € 20,00 por tonelada, tem apresentado resultados financeiros positivos todos os anos.

A VALORSUL desde a sua criação teve um acordo parassocial que obrigava a todos os acionistas quanto à composição dos órgãos sociais da empresa mas também quanto à salvaguarda dos interesses dos municípios na ampliação de unidades existentes ou a construção de novas unidades da empresa.

Este acordo sempre foi reconhecido, aceite e respeitado por todos os accionistas, contribuindo para que a empresa fosse gerida com equilíbrio e tendo em conta os interesses dos municípios.

No entanto durante o processo que levou à privatização da EGF, e por consequência da VALORSUL, o Governo do PSD/CDS-PP através do seu ministro do ambiente, Moreira da Silva, deu indicações para que o acordo parassocial não fosse respeitado pelo accionista maioritário – o Estado Português - alegando a falta de assinatura do mesmo.

São conhecidas as posições políticas e jurídicas tomadas pelos municípios para impor o respeito pelo acordo parassocial que vigorava na empresa.

Esta posição do governo anterior teve como objectivo dificultar a acção dos municípios contra a privatização da VALORSUL já que o acordo parassocial tinha diversas cláusulas que permitiam aos municípios desenvolver essa luta no campo institucional de forma mais consequente.

A proposta que está hoje presente para decisão mantem, no essencial, os pressupostos que regeram os acordos anteriores devolvendo aos municípios direitos, já anteriormente consagrados, e algumas novas cláusulas de que se destacam:

- A existência de uma comissão executiva com efetivos poderes de gestão, funcionamento coletivo e participação a tempo inteiro dos municípios;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

- A manutenção da autonomia e capacidade técnica da empresa, incluindo recursos humanos;
- A obrigatoriedade de uma maioria qualificada (incluindo a maioria dos municípios) para decisões estratégicas tais como o plano de investimentos e orçamentos anuais, os investimentos a partir de 5 milhões de euros, as decisões sobre aumento de capacidade das instalações;
- A obrigatoriedade de uma maioria qualificada para aprovar fusões, aquisições ou entrada de outros sistemas para o sistema de tratamento da Valorsul;
- A criação e localização de novas instalações ou alterações significativas nas existentes só com acordo obrigatório do município em que estejam sedeadas e a necessitar também de maioria qualificada;
- Manutenção da recolha seletiva nos municípios que entenderem conservar esse serviço (caderno de encargos apontava para a entrega de tudo à Valorsul);
- Cumprimento dos compromissos assumidos anteriormente pela empresa relativos a investimentos em várias questões em cada município;
- Consideração das verbas acumuladas pela empresa consagrando a sua distribuição conforme a estrutura accionista;
- Consagração no acordo parassocial do cumprimento e respeito pelo atual acordo de empresa em vigor defendendo os direitos dos trabalhadores da VALORSUL.

No entanto há o entendimento, transversal a diversas forças políticas, que a privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF) ameaça tornar mais dispendiosos o tratamento dos lixos e a distribuição da água em Lisboa. Posição aliás expressa publicamente pelo anterior Presidente da Câmara, que acrescentou, e cita-se: *“Já vendemos os anéis e, neste momento, preparamo-nos para vender os dedos”*. Postura na qual foi secundado pelos eleitos do PSD na AML

Assim, os Vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa, entendem ser dever desta pronunciar-se, no âmbito da apreciação da proposta **Aprovar a celebração de Acordo Parassocial entre o Município de Lisboa e os restantes accionistas da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A**, no sentido de deliberar:

- 1 - Reiterar a posição de que os municípios devem manter-se unidos na luta pela reversão desta privatização obrigando assim o atual governo ao cumprimento de um compromisso eleitoral, que se prepara para não cumprir,



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

escudando-se em questões legais quando tem todas as condições políticas para concretizar a reversão desta privatização muito negativa para os municípios e para as populações.

2- Considerar que a adopção deste acordo parassocial possibilita aos municípios prosseguirem, com uma posição institucional mais reforçada e em conjunto com as populações e com os trabalhadores da VALORSUL, a luta política e jurídica pela reversão deste processo de privatização e pela anulação do brutal aumento das tarifas dos resíduos sólidos urbanos imposto pelo governo do PSD/CDS-PP.

Lisboa, 15 de Junho de 2016

Os Vereadores do PCP

Manuel Figueiredo

Carlos Moura